PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto

Despacho n.º 9355/2006 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, determino a exoneração, a seu pedido, da secretária pessoal do meu Gabinete Joana Daniela Sousa Fernandes.

Quero ainda expressar público louvor pela elevada dedicação, zelo e profissionalismo, bem como total disponibilidade e qualidades pessoais evidenciados na forma como Joana Daniela Sousa Fernandes exerceu as suas funções.

A presente exoneração produz efeitos a partir de 1 de Abril de 2006.

27 de Março de 2006. — O Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, *Laurentino José Monteiro Castro Dias.*

Despacho n.º 9356/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio o licenciado José Eduardo Pescador de Matos Fanha Vieira para adjunto do meu Gabinete com todos os direitos e regalias inerentes ao exercício de funções nos gabinetes ministeriais.

O nomeado fica autorizado a exercer as actividades previstas no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 196/93, de 27 de Maio, sem prejuízo para a normal prestação da sua colaboração ao Gabinete.

O presente despacho produz efeitos a partir de 12 de Abril de 2006.

6 de Abril de 2006. — O Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, *Laurentino José Monteiro Castro Dias.*

Secretaria-Geral

Despacho n.º 9357/2006 (2.ª série). — Em aditamento ao despacho n.º 7166/2006 (2.ª série), desta Secretaria-Geral, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 65, de 31 de Março de 2006, e ao abrigo do n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, fica a licenciada Maria Guiomar Coelho da Cruz, directora dos Serviços de Recursos Humanos da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, autorizada a optar pelo vencimento da categoria de assessora principal do respectivo quadro de pessoal a partir de 16 de Março de 2006.

6 de Abril de 2006. — O Secretário-Geral, *José Maria Sousa Rego.*

Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida

Despacho n.º 9358/2006 (2.ª série). — Considerando que o Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida contempla na sua estrutura, desde 1999, um secretário executivo, nomeado e exonerado pelo presidente, a quem compete o apoio administrativo e de secretariado deste órgão;

Atendendo a que, por aposentação da secretária executiva nomeada neste mandato, se encontra este Conselho privado desse apoio, necessário ao bom desempenho das suas atribuições:

Nos termos do n.º 3 do artigo 9.º da Lei n.º 14/90, de 9 de Junho, na redacção que lhe foi introduzida pelo Decreto-Lei n.º 193/99, de 7 de Junho, nomeio a licenciada Cíntia Eugénia Monterde de Jesus Águas para o exercício de funções como secretária executiva do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, com efeitos a partir de 1 de Maio de 2006.

Anexa-se o respectivo currículo.

7 de Abril de 2006. — A Presidente, *Paula Martinho da Silva.*

Síntese curricular

Nome — Cíntia Eugénia Monterde de Jesus Águas.
Naturalidade — Faro (Sé).
Nacionalidade — portuguesa.
Data de nascimento — 30 de Março de 1974.
Estado civil — solteira.
Formação académica:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2000);
Parte lectiva do curso de mestrado em Bioética pelo Instituto de Bioética da Universidade Católica Portuguesa.

Formação complementar:

Formação em direito administrativo — CEFA e Ordem dos Advogados (2002-2003);
Formação pedagógica de formadores (2005);
Cursos — Internet, constituição de sociedades comerciais, contratos de consumo, direito do urbanismo, legislação laboral, droga e toxicodependência e relações interpessoais.

Actividades profissionais:

Exercício de advocacia desde 2002 — cédula profissional de advogado n.º 4813-C;
Jurista em contexto empresarial (2003-2004);
Jurista no Instituto da Droga e da Toxicodependência (2004-2006).

Outras actividades:

Secretariado e organização de eventos e conferências na área da bioética;
Membro coordenador do grupo universitário de bioética de Coimbra.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Despacho conjunto n.º 352/2006. — Nos termos conjugados do artigo 18.º e dos n.ºs 1 e 4 do artigo 19.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeado, em comissão de serviço, no cargo de director-geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano o arquitecto Vítor Manuel Marques Campos.

A presente designação fundamenta-se na experiência profissional do nomeado e na reconhecida aptidão do mesmo para o desempenho das funções inerentes ao cargo, tal como atesta, de resto, o respectivo *curriculum vitae,* que é publicado em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a partir de 13 de Março de 2006.

10 de Março de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.* — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia.*

Curriculum vitae

Vítor Manuel Marques Campos, nascido em 23 de Novembro de 1949.
Qualificações académicas e científicas:

Licenciatura em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura do Instituto Superior de Tecnologia da Universidade de Lund, Suécia, em 1978. Equivalência à licenciatura em Arquitectura pelas universidades portuguesas, com média final de 16 valores, conferida pela Universidade Técnica de Lisboa em 1982;
Pós-licenciatura em Cooperação Internacional e Teoria do Desenvolvimento pela Faculdade de Geografia Humana da Universidade de Lund, Suécia, em 1979;
Pós-licenciatura em Planeamento Regional e Urbano pela Faculdade de Geografia Humana da Universidade de Lund, Suécia, em 1980;
Grau de Especialista em Urbanismo, conferido pelo LNEC em 1997, com a tese «Negociação urbanística, modernização administrativa e licenciamento municipal».

Percurso profissional anterior:

Investigador do Núcleo de Arquitectura e Urbanismo do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) entre Setembro de 2005 e Março de 2006;
Director do Gabinete de Inovação e Desenvolvimento (anterior Assessoria de Inovação e Desenvolvimento e anterior Assessoria de Qualidade dos Sistemas Urbanos) da Parque EXPO 98, S. A., entre Março de 2002 e Agosto de 2005;
Presidente do Instituto Português de Cartografia e Cadastro (IPCC), organismo nacional responsável pela execução das políticas públicas de geodesia, cartografia e cadastro predial, entre Setembro de 1997 e Janeiro de 2002;
Presidente do Conselho Coordenador de Cartografia e representante de Portugal no CERCO/EuroGeographics e na

DIGSA — Assembleia dos Directores dos Institutos Geográficos Sul-Americanos, Espanha e Portugal, entre Setembro de 1997 e Janeiro de 2002;
Presidente da DIGSA entre Outubro de 1998 e Outubro de 1999;
Investigador auxiliar do LNEC desde Março de 1997. Assistente de investigação do LNEC entre Abril de 1985 e Março de 1997. Estagiário de investigação do LNEC entre Janeiro de 1983 e Abril de 1985;
Assistente de investigação na Faculdade de Arquitectura do Instituto Superior de Tecnologia da Universidade de Lund, Suécia, entre Outubro de 1978 e Dezembro de 1979.

Actividade de I&DE — a actividade desenvolvida na Universidade de Lund, Suécia, e no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Portugal, foi sobretudo centrada nas temáticas da gestão urbana e do planeamento municipal e envolveu a participação em projectos de I&DE, a colaboração na preparação de normativa urbanística e a prestação de serviços de consultadoria e apoio técnico a entidades públicas portuguesas, nomeadamente autarquias, e no quadro da cooperação oficial com os PALOP. Tem também organizado encontros científicos e técnicos, orientado trabalhos académicos e leccionado em cursos de mestrado e pós-graduação nas universidades portuguesas. Publicou cerca de 80 trabalhos científicos e técnicos na sua área de especialidade.
Outra actividade profissional:

Presidente da AD.URBEM — Associação para o Desenvolvimento do Direito do Urbanismo e da Construção, entre 1995 e 1997. Eleito vice-presidente da mesma Associação para o triénio de 2005-2007;
Presidente da Secção de Ordenamento do Território e Ecologia da Sociedade de Geografia de Lisboa desde 2003. Vogal da Secção de Geografia Matemática e Cartografia desde 1998;
Membro da direcção da Secção Regional do Sul da Associação dos Arquitectos Portugueses (actual Ordem dos Arquitectos), entre 1984 e 1986;
Como projectista e consultor é autor de vários estudos e projectos nos domínios da arquitectura e urbanismo, elaborados para entidades nacionais e estrangeiras.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Governo Civil do Distrito de Aveiro

Aviso n.º 5065/2006 (2.ª série). — Nos termos e para efeitos do disposto nos n.os 1 e 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que a lista de antiguidade dos funcionários do quadro privativo deste Governo Civil reportada a 31 de Dezembro de 2005 se encontra afixada no *placard* da respectiva Secretaria.

7 de Abril de 2006. — O Chefe do Gabinete do Governador Civil, *Custódio Ramos.*

Governo Civil do Distrito de Leiria

Aviso n.º 5066/2006 (2.ª série). — Por despachos de 7 de Dezembro de 2005 e de 6 de Abril de 2006 do secretário do Governo Civil do Distrito de Leiria:

Susana Margarida Ferreira de Oliveira de Faria, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal do Governo Civil do Distrito de Leiria — autorizado o abono de vencimento de exercício perdido, por motivo de doença, nos dias 29 e 30 de Novembro, inclusive, do ano 2005, no total de dois dias, e de 29 a 31 de Março do ano em curso, no total de três dias.

7 de Abril de 2006. — O Secretário, *Júlio Coelho Martins.*

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 5067/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 24 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Vicente Cachia, natural de Canchungo, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 15 de Outubro de 1964, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.os 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

1 de Abril de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres,* especialista superior CTC.

Aviso n.º 5068/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 30 de Janeiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Tijane Baldé, natural de Quebo, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 7 de Novembro de 1970, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.os 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

1 de Abril de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres,* especialista superior CTC.

Aviso n.º 5069/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Rui Manuel Dias Sousa Lopes Paim, natural de Ganda, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascido em 9 de Julho de 1965, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.os 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

1 de Abril de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres,* especialista superior CTC.

Aviso n.º 5070/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Fernando José Garcia e Silva, natural de Malange, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascido em 30 de Outubro de 1969, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.os 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

1 de Abril de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres,* especialista superior CTC.

Aviso n.º 5071/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Tijane Djaló, natural de Tombali, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 6 de Dezembro de 1964, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.os 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

1 de Abril de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres,* especialista superior CTC.

Aviso n.º 5072/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 5 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria Antonieta Pereira, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida em 26 de Junho de 1960, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.os 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

1 de Abril de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres,* especialista superior CTC.

Aviso n.º 5073/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 24 de Janeiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Issa Tenda, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 20 de Abril de 1956, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.os 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

1 de Abril de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres,* especialista superior CTC.